

ATA DA 091ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2013  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, eu gostaria de trazer presente à tribuna, na manhã de hoje, três pontos que julgo extremamente importantes e que tive a oportunidade de acompanhar durante esta semana.

Deputada Angela Albino, teremos hoje à noite, em Joinville, a segunda audiência pública realizada pela comissão de Legislação Participativa, comandada por v.exa., para tratar da criação do Conselho da Juventude. E aproveito a oportunidade para convidar os parlamentares, principalmente os da região de Joinville, para a

referida audiência, bem como a juventude e as lideranças do norte de Santa Catarina.

Já tivemos uma audiência pública a respeito, que foi extremamente positiva, pois conseguimos, através de várias manifestações da juventude, levantar alguns aspectos para aperfeiçoar o projeto de lei que institui o Conselho da Juventude no estado de Santa Catarina.

Queremos que esse conselho se torne uma grande realidade no estado, nos municípios, estabelecendo políticas voltadas aos jovens que contemplem de fato todos os aspectos que os envolvem, sejam eles voltados à geração de emprego, à educação, à saúde, já que devemos ter um olhar específico para a nossa juventude no sentido de que ela seja protagonista do presente e do futuro do nosso país.

Depois dessa audiência, realizaremos mais três: uma em Curitiba, outra em Chapecó e a última em Florianópolis, pois acreditamos que esse é um processo altamente democrático, aberto, participativo, que vai ao encontro dos anseios da nossa juventude.

O segundo aspecto que trago hoje à tribuna diz respeito à oportunidade que tive de realizar um grande ato para homenagear 34 entidades e algumas pessoas físicas que atuam diretamente na agroecologia. Foi um grande ato parlamentar, que contou com a presença de 130 pessoas que atuam nessa atividade, durante o qual acompanhamos o depoimento de pessoas que historicamente têm-se envolvido na produção agroecológica, na produção de alimentos saudáveis, na produção orgânica, que é um novo jeito de ser, de se relacionar e de conviver, porque a amplitude da agroecologia é muito grande.

A agroecologia vai além da produção orgânica, já que trata de aspectos mais abrangentes e abertos no sentido de manter a extraordinária relação entre todos os que convivem diariamente: pessoas, flora e fauna. Como disse, é um novo modo de ser, de se comportar e de viver na sociedade a que pertencemos.

Então, faço aqui o reconhecimento da importância desse ato, pois mais uma vez o Parlamento catarinense se movimentou para incentivar ainda mais essa importante atividade humana.

O terceiro e último aspecto que desejo abordar nesta manhã, é uma abordagem sobre a reunião, deputado Neodi Saretta, que realizamos na tarde de ontem, em São José do Cedro, abrangendo os municípios de São Miguel d'Oeste, Guaraciaba, São José do Cedro, Guarujá do Sul e Dionísio Cerqueira, acerca do prolongamento da BR-163. Na ocasião, contamos com a presença da procuradora federal e de engenheiros do DNIT para tratar única e exclusivamente da desapropriação e indenização dos terrenos localizados ao longo da dessa rodovia.

Foi uma reunião muito movimentada, pois a ela compareceram mais de 400 pessoas das famílias atingidas em função da ampliação daquela rodovia, que é importantíssima para a região, na qual o governo federal está investindo cerca de R\$ 140 milhões e que há muito tempo a população da região aguarda.

Em vista disso, constituímos uma frente parlamentar que presidimos e que tem como membros os deputados Maurício Eskudlark, Mauro de Nadal, Marcos Vieira e Dirceu Dresch. Portanto, temos uma equipe de trabalho para acompanhar constantemente todas as ações que envolvem a duplicação desse trecho. Ao mesmo tempo, queremos acompanhar o trecho que será federalizado e que liga os municípios de São Miguel d'Oeste e Itapiranga, na divisa com o Rio Grande do Sul.

A reunião foi extremamente positiva porque através da procuradora federal Mitzi Silva Antunes conseguimos clarear profundamente todas as questões pendentes, fato que deixou aquela população muito satisfeita.

É bem verdade que aquelas famílias têm muitos motivos para desconfiar, porque há 40 anos, quando foi construída aquela rodovia, o governo do estado de Santa Catarina tinha a obrigação de indenizar todos os prejudicados, coisa que não aconteceu. Só

que agora governo federal adotou outra forma de agir, ou seja, paga a indenização durante a execução da obra, e isso já vem acontecendo em várias rodovias no estado de Santa Catarina.

Então, essa nova prática do governo federal de indenizar durante a execução da obra deu novo alento às famílias, que a partir de março de 2014 começarão a receber o que lhes é devido. Durante o mês de novembro de 2013, a empresa que está realizando a obra fará o levantamento junto aos moradores para saber o montante a ser pago, de acordo com os preços de mercado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Presidência registra a presença e cumprimenta os alunos da Escola Educação Básica Papa João XXIII, do município de Brusque. Sejam todos bem-vindos!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, estudantes brusquenses que visitam a Casa no dia de hoje.

Na última sexta-feira, sr. presidente, estive na cidade de Brusque visitando a escolinha de vôlei da Abel - Associação Brusquense e Esporte e Lazer - e fiquei impressionado com o trabalho desenvolvido por essa associação.

A Abel é exemplo no estado e será referência em nível nacional, pois organiza eventos com a participação de atletas de outros estados e desenvolve um trabalho educacional importante, através do convívio e do respeito. Mesmo porque Brusque já tem história na área esportiva, já que é o berço dos Jogos Abertos de Santa Catarina.

Srs. deputados, quero endossar o pronunciamento do deputado Padre Pedro Baldissera com relação ao trabalho do DNIT referente às obras que estão sendo realizadas na BR-163 e ao empenho do diretor João José dos Santos, no sentido de

atender ao pleito tanto dos moradores, quanto dos motoristas.

Não pudemos estar presente à reunião referido pelo deputado, mas fizemo-nos representar pelo vereador Padilha, de São José do Cedro, e por Marcelo Alberto.

Gostaria de registrar a presença, nos dias de ontem e de hoje, em nosso gabinete, do sr. Valdoci Saul, vice-prefeito de Romelândia, acompanhado do secretário da Administração, Laudir Perondi. Aquele município tem problemas de abastecimento de água e vários projetos estão sendo feitos com vistas a resolver essa questão.

Quero ainda registrar a presença nesta Casa dos estudantes da Univali, que também estiveram no Tribunal de Contas juntamente com meu filho, Rodrigo Eskudlark. Considero muito importante o acompanhamento e o conhecimento das atividades legislativas pelos nossos estudantes. Muitas vezes as pessoas têm que conhecer o processo legislativo no momento do debate entre os deputados, porque quando o projeto já é acordado nas comissões, parece que não existe nada a fazer no plenário.

Por oportuno, sr. presidente, faço o registro da presença do prefeito de Saltinho, Luiz de Paris, no dia de ontem neste Parlamento, acompanhado do vice-prefeito Adenilson Sutil e do vereador Bráulio Casagrande, que vieram tratar de assuntos do seu município.

No último sábado estivemos em um evento importante na Praia Brava, em Itajaí, promovido pela Associação Amor pra Down, que ofereceu uma feijoada. Foi uma festa bonita, com muitos amigos presentes e ficamos muito satisfeito de haver participado. Parabenizamos a presidência da associação, assim como todos os que estão imbuídos em melhorar cada vez mais essa importante entidade de Itajaí.

Ainda no sábado, participamos, no município de Indaial, de um evento realizado pelos Bombeiros Voluntários da União, sediado no município de Acurra, um dos bombeiros mais bem equipados do estado de Santa Catarina, que deve muito à comunidade, especialmente ao Vander, da WEG, que

equipou a entidade com caminhões doados pela empresa, em reconhecimento ao trabalho que realiza na região da BR-470, atendendo a inúmeros acidentes de trânsito.

Mas além do trabalho de salvar vidas, os Bombeiros Voluntários da União realizam também um trabalho social nos municípios de Ascurra, Apiúna e Rodeio. Quase 200 crianças são atendidas numa escola de judô, em Ascurra, pelo professor Pablo, pelo comandante Júnior, pelo presidente Borges e pelo Mafra, enfim, por todos que participam apoiando e ajudando aquele projeto. E no sábado levaram esse projeto para o município de Indaial.

Participaram desse evento pais, mais de 200 crianças, a Fesporte, que doou as medalhas para que fossem premiados todos os participantes, sendo que o judô buscou fazer a inserção não somente no esporte como também na sociedade, levando as crianças a interagirem. E contou-me o professor de judô o relato de professoras da rede escolar normal, dizendo que havia alunos que tinham até dificuldade de conversar com os colegas de sala de aula e na própria casa, mas a partir da entrada na escolinha de judô, passaram a ter outra conduta.

Então, esse é um motivo para parabenizar o Bombeiros Voluntários da União, que realizou a Copa União de Judô, no município de Indaial.

Também quero registrar que amanhã será a abertura oficial da Oktoberfest, a mais antiga do Brasil, que é a de Itapiranga. No final de semana passado, a abertura foi em Linha Presidente Becker, local tradicional onde ocorreu a primeira Oktoberfest.

Sr. presidente e srs. deputados, na tarde de hoje, no Clube Navemar, em Navegantes, será lançado do programa Pacto pela Criança daquele município.

Tive a oportunidade de participar de uma reunião com o prefeito Roberto Carlos de Souza, com o vereador Valmir Cesar Francisco, conhecido como Chero, e com a vereadora Norma Espíndola, a Norminha. É um município que está empenhado em proteger e incluir as crianças nas atividades

sociais. É um projeto muito bom, que reúne várias secretarias municipais.

Quero parabenizar e dizer que são inúmeras ações isoladas que buscam fazer este país e este estado cada vez melhores. Então, temos que apoiar essas ações, pois há muitas coisas boas, muitas atitudes bonitas neste país em defesa da nossa população e da nossa gente. O nosso reconhecimento...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, o assunto que me traz a esta tribuna diz respeito aos 25 anos da nossa Constituição Federal, deputado Arnaldo Moraes.

No dia 5 de outubro comemorou-se 25 anos da Constituição Federal, que teve grandes avanços, é bem verdade, e muitas conquistas. Mas, ao mesmo tempo, há algumas inserções na Constituição que nunca foram viabilizadas, o que foi reconhecido até pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo manchete, Lula disse que a Carta do PT faria deste um país ingovernável. E é uma virtude uma pessoa reconhecer que se colocasse tudo aquilo que o partido desejava em prática, o país teria degradingolado.

O ex-presidente lembrou que apoiou a nacionalização dos bancos e das empresas financeiras de seguro e capitalização. Lembrou ainda que defendia o fim das demissões sem justa causa, a retirada da previsão da indenização compensatória da Constituição, que é a indenização recebida logo após a demissão, já que não haveria a possibilidade de dispensa por motivo grave. E ainda o fim do Supremo Tribunal Federal, entre outras coisas.

Além disso, foi colocado na Constituição que os juros não poderiam ser superiores a 12% ao ano,

sendo que quem estabelece os juros é o mercado financeiro e não há como se fixar por previsão constitucional.

De qualquer modo, o que quero dizer em defesa da população brasileira diz respeito ao que foi colocado na Constituição de 1988. Por exemplo, o direito de greve. No capítulo das Disposições Transitórias foi colocado que o direito de greve deveria ser regulamentado, o que foi feito no setor privado. Faz 25 anos que isso foi feito, mas no setor público a questão ainda não foi regulamentada. E o que está acontecendo agora? Quando termina a greve dos Correios, começa a dos bancos públicos. Quando termina essa, começa outra na segurança, na educação e assim por diante.

Mas eu me refiro agora à greve dos bancários, às pessoas de mais idade que vão aos bancos para retirar a sua aposentadoria e não conseguem fazê-lo, e que sem dinheiro não conseguem comprar o seu medicamento.

Alguém pode argumentar que os caixas eletrônicos resolvem tudo. Vamos ser sinceros: uma pessoa de idade não consegue manusear o seu cartão sem ter alguém no banco para auxiliá-la. Sinceramente, nós estamos acompanhando pelo noticiário e assistindo a pessoas mais velhas chorando porque não conseguem sacar seu dinheiro.

Não é possível ficar na passividade e não regulamentar o direito de greve no serviço público. Além dos aposentados, dos agricultores, que têm uma dificuldade enorme de acessar as informações nos bancos, há aqueles que precisam resolver problemas de empréstimos, de financiamentos, de pagamentos. Até quando vai isso? Se não houvesse pessoas trabalhando, produzindo e contribuindo, provavelmente não haveria necessidade de bancos nem de funcionários. Considero uma falta de respeito com essas pessoas que hoje estão à mercê do serviço público bancário.

E há mais uma questão: no final do mês, apesar de o bancário não haver trabalhado, vai receber o seu salário integralmente! Quem paga essa conta? Todos nós! Você que está nos acompanhando na TVAL,

que trabalha lá na fábrica, no comércio, na indústria, que é aposentado, que está comprando os produtos e que paga impostos. É com esses impostos que se paga a folha do serviço público.

Há que se perguntar, portanto, qual é a motivação que um empreendedor tem para ampliar seu negócio? Qual é a motivação de alguém vir investir no Brasil, se os serviços públicos funcionam mal?!

Todos os dias vemos, pela imprensa, a destruição do patrimônio público e privado, mas nada acontece! Certamente que isso está sendo divulgando no Brasil todo e no mundo. Como fazer educação de qualidade, quando as greves fazem com que os alunos fiquem durante 60 dias sem aula?! Se já é difícil com o ano letivo completo, imaginem não tendo aula!

Não é sem razão a avaliação feita pelo Fundo Monetário Internacional, em *Economia e Negócios*, de que a previsão de crescimento do Brasil é a menor dos países emergentes. Por que isso? Porque o custo Brasil é alto, porque há falta de investimentos em infraestrutura, porque inexistem marcos regulatórios, porque há insegurança jurídica.

Chegou a hora de tomar uma atitude! Chegou a hora de dar celeridade aos investimentos públicos em infraestrutura! Chegou a hora de dar segurança jurídica para os investidores e também à sociedade brasileira! Chegou a hora de regulamentar o direito de greve no setor público!

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros colegas deputados, quem nos acompanha pela TV Assembleia e pela Rádio Alesc Digital, nesta manhã de quinta-feira.

Quero iniciar fazendo o registro de um fato importante que ocorrerá no dia de hoje, na cidade de Lages: uma audiência pública a ser realizada na Câmara Municipal, que vai discutir o cultivo e o

manejo do pinheiro araucária, o pinheiro brasileiro, na perspectiva de fugir da monocultura do *pinus* americano.

Faço este registro da audiência pública que acontecerá na noite de hoje, na Câmara Municipal de Lages, que está sendo promovida pelo vereador José Volnir Scheurmann, do PSC, que travará um importante debate em termos ambientais e econômico. ]

Eu, infelizmente, até porque não me programei antes para isso, não poderei estar presente, mas soube que o deputado Arnaldo Moraes, que é lageano, estará presente para debater esse importante assunto, inclusive porque já tem experiência efetiva nesse sentido na cidade de São José do Cerrito. Inclusive, o engenheiro florestal que desenvolve o projeto em São José do Cerrito estará na Câmara Municipal de Lages debatendo a viabilidade, a importância ambiental, a importância social de preservar as nossas tradições, a nossa flora, os nossos valores, a partir da possibilidade de substituir o pinheirinho americano pela araucária.

Do ponto de vista ambiental é muito importante para a sociedade catarinense e brasileira. Gostaria de fazer a reflexão de que do ponto de vista econômico também é possível, apesar de que na sociedade de hoje todos querem celeridade no retorno financeiro.

E aí se investe em tecnologia, em modalidades de produção que, muitas vezes, deterioram o meio ambiente, deterioram as relações sociais de comunidades tradicionais, em benefício do lucro rápido, do lucro imediato.

Portanto, parabênzo a Câmara Municipal de Lages pela realização desse importante debate.

Quero ainda fazer referência às dificuldades de negociação entre a base da Segurança Pública e o governo. A proposta de subsídio que tem sido debatida interessa principalmente aos delegados e oficiais. É por isso que a cada 15 dias surgem notícias dando conta de que os delegados fizeram assembleia e resolveram aprovar a proposta do governo.

Eu diria que isso é um factóide, porque a proposta que o governo tem apresentado é justamente a proposta dos delegados. Então, não são os delegados que estão reunindo-se para analisar e deliberar que apóiam a proposta do governo. Foi o governo que deliberou aceitar a proposta dos delegados de subsídio para a remuneração na Segurança Pública.

Aí, evidentemente, esse projeto interessa às cúpulas. As bases estão angustiadas e em dúvida. Para alguns segmentos é até interessante. Para a maioria há uma série de riscos do ponto de vista pecuniário, pois se trata de, basicamente, trocar seis por meia dúzia. Coloca-se, no caso da Aprasc, a demanda de algumas mudanças no plano de carreira dos militares estaduais, especificamente dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, e encontra-se empecilho.

Que natureza de empecilho encontra-se para debater a carreira dos praças? O comando atual não admite que o praça seja promovido pelo menos duas vezes numa carreira de 30 anos sem passar pelos critérios que considera adequados. Já a cúpula faz o curso de oficial com 20 e poucos anos de idade e vai até coronel. São sete promoções.

A Aprasc colocou a demanda: dez anos para a promoção a cabo e 15 anos para a promoção a terceiro-sargento. O governo, através dos secretários da Fazenda e da Administração, aceitou isso. Mas o comando da PM disse que não pode aceitar, porque isso destrói a instituição. E que o correto seria 15 anos a cabo e 25 a terceiro-sargento. Ora, isso é pior do que já acontece hoje, porque o cabo que tem 20 anos de serviço pode ser promovido a terceiro-sargento.

Outra questão é o critério de promoção. O soldado só pode ser promovido a cabo depois dos 20 anos de serviço, e o cabo, a terceiro-sargento também depois de 20 anos de serviço, dentro do limite de vagas existentes, o que é bem restrito. Além disso, eles têm que estar no nível de ótimo comportamento, mas o tenente-coronel para ir a coronel e o capitão para ir a major apenas precisam estar no nível bom.

Da mesma forma acontece no teste de aptidão física. Temos companheiros sendo vetados, rejeitados e excluídos do curso de cabo da Polícia Militar porque têm um parafuso na coluna e não conseguem fazer um dos exercícios do teste que, aliás, é cobrado de forma bem relativa, pois há uma modalidade diferente, mais fácil, para a promoção de todas as outras carreiras, inclusive de sargento que vai a subtenente. Ou seja, cobra-se do soldado e do cabo aquilo que não se cobra das outras graduações e postos da PM.

Isso é discriminatório e precisa mudar efetivamente. Se pretendem avançar no sentido de que a base respeite, considere e valorize o seu comando, é preciso que se conquiste o respeito estabelecendo regras igualitárias para todos os militares estaduais e não essa forma discriminatória e preconceituosa de estabelecer critérios mais rígidos para ser cabo do que para ser coronel.

É absurdo que isso exista ainda em 2013. Apesar dos avanços que tivemos nos últimos dez ou 12 anos, a manutenção da rigidez dos critérios físicos para ser cabo, diferentemente dos usados para chegar a coronel, manterão a instituição dividida.

Isso é discriminatório, isso é inaceitável. Se quiserem avançar no debate, inclusive, do subsídio, que é o que tanto querem, vão ter que nos tratar pelo menos em pé de igualdade, caso contrário não haverá avanço e nós nos posicionaremos conforme a assembleia geral dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB, que trocou o horário com o PMDB.

Assim, com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e da Rádio

Digital Alesc, visitantes que prestigiam nosso Parlamento, quero registrar a visita dos líderes de Maracajá, que saíram de seu município hoje bem cedo para buscar alternativas para uma rodovia de cinco quilômetros muito importante para as cidades de Maracajá e Araranguá, prometida pelo governo estadual na última viagem que fez ao sul do estado.

Quero, com muita honra registrar, a presença do presidente da Câmara Municipal, vereador Ênio Oliveira, que vem fazendo um ótimo trabalho para conseguir a documentação necessária para viabilizar a pavimentação da referida estrada.

O vereador Valdeci Stefanetti, companheiro e amigo, levantou muito cedo no dia de hoje para vir à capital buscar alternativas. E o sr. Claudionor, que também é um líder em Maracajá, está acompanhando-o.

Sr. presidente, acompanhamos o governador do estado de Santa Catarina, Raimundo Colombo, e o vice-governador Eduardo Pinho Moreira na viagem que empreenderam às cinco microrregiões do sul do estado. Eles nos levaram aquilo com que sonhávamos há muito tempo e começaremos agora a colocar em prática o que foi prometido na eleição, quando não fizemos apenas parte da coligação, mas ajudamos a eleger o governador e o seu vice, que é sulista.

Braço do Norte, além de receber muitos convênios, como o do recapeamento da estrada que liga o referido município a Tubarão, antiga reivindicação da população, recebeu aquela que considera a principal obra: a estrada da serra do Corvo Branco, que liga a serra ao mar, partindo de Tubarão, viabilizando turisticamente toda aquela região.

Estivemos em Laguna, outra microrregião, onde foram assinados vários convênios importantes, inclusive um de R\$ 30 milhões, referente ao acesso de Laguna à BR-101; o de uma avenida de R\$ 12 bilhões, melhorando a infraestrutura da cidade de Anita Garibaldi.

Assim, podemos dizer que começamos a nos destacar com grande potencial turístico. E Laguna, município historicamente importante, precisava

criar uma infraestrutura que facilitasse a entrada de turistas do Brasil e do mundo.

Com relação ao aeroporto de Jaguaruna, havia sido definido que 12 de outubro, dia da padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, seria o dia em que haveria o primeiro voo naquele aeroporto. A empresa que o administrará marcou conosco para que houvesse a inauguração. Talvez não consigamos viabilizar o primeiro voo, porque não houve a devida autorização legal, que poderá ainda levar 30 dias, mas a inauguração está mantida. Esse aeroporto possibilitará viagens não apenas para o Brasil, mas para o mundo inteiro. Lá não existem problemas de morros ou de nevoeiros, por isso ele representa uma alternativa aos aeroportos de Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, além da Argentina e do Uruguai.

Nós temos hoje o porto de Imbituba, que é uma alternativa interessante e que está recebendo quase R\$ 400 milhões de investimentos, viabilizando a atracação de navios de 300 a 600m.

O governo de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira levou para a 22ª SDR algumas obras importantes. Por exemplo, a ligação do distrito de Hercílio Luz a Maracajá é uma obra importante, uma obra de R\$ 4,5 milhões. E o governador definiu que poderemos entregar ao secretário Valdir Cobalchini o encaminhamento dessa obra, a fim de que ela seja colocada no PAC da pavimentação.

Isso definiu um sonho de 19 anos deste deputado neste Parlamento. Mas quando ele foi conquistado, uma promotora, que não analisou o prejuízo que acarretaria, entrou com uma ação referente às pererecas. A obra esteve parada por cinco anos e agora foi liberada pelo governo. Já está sendo feita a licitação e ela vai custar mais de R\$ 47 milhões. E quem vai pagar pelo prejuízo da demora? O povo.

Então, considero que foi um trabalho indevido feito pela promotora, que causou um prejuízo sem limite para Santa Catarina. Mas felizmente são águas passadas. O importante é que R\$ 47 milhões estão definidos, a licitação já saiu e vamos ter a nossa região integrada à cidade dos cânions -

Itaimbezinho -, Praia Grande, Canela, Gramado e Caxias do Sul. Vai ser uma coisa extraordinária.

Foram 29 anos de muita luta para ver concretizada a nossa famosa Interpraias, uma luta sem limites. Agora o governo determinou que sejam investidos R\$ 53 milhões nessa obra. Eu só posso agradecer ao governador e ao vice-governador por viabilizarem a segunda parte da Interpraias, porque a primeira parte o então governador Luiz Henrique da Silveira já fez, que se refere ao trecho de Laguna à Barra do Camacho, ao passo que o segundo trecho engloba o trajeto de Passos de Torres até Balneário Gaivotas.

Então, coisas importantes estão acontecendo e tantas outras acontecerão, por exemplo, na área da educação. E quero agradecer ao secretário da Educação, que colocou a região como prioritária, já que o furacão Catarina causou um prejuízo muito grande, muito forte.

Amanhã, será entregue pela ministra Ideli Salvatti a ordem de serviço de uma obra que representa 29 anos de luta deste parlamentar, que é a BR-285, que liga Araranguá, Ermo, Turvo, Timbé do Sul, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho e São Borja. Faltam somente 22km, já me reuni com todas as administrações dos municípios que a estrada corta e posso dizer que a Sultepa já está colocando as máquinas para começar a trabalhar.

Então, são sonhos conquistados através de muita luta e muito trabalho. E a obrigação de um parlamentar é trabalhar, porque o povo o elege para que busque os resultados que a região espera.

Por isso, temos convicção de que vamos transformar o sul numa região turística muito forte. E isso vai gerar emprego, renda e qualidade de vida para a população, porque a indústria do turismo não tem chaminé, ou seja, não polui.

Somos privilegiados pela natureza, pois levamos menos de uma hora entre a serra e o mar. Então, esse é um privilégio que Deus proporcionou à nossa região. Agora, era preciso que houvesse uma luta conjunta, e hoje os parlamentares estão trabalhando com o objetivo de buscar alternativas

para desenvolver toda a região sul do estado de Santa Catarina, que ao longo do tempo somente perdeu, e perdeu muito.

Amanhã, repito, às 10h, com a presença da ministra Ideli Salvatti, vamos resgatar toda a história de luta do sul do estado, porque a obra vai ligar aquela região com as praias de Araranguá, o que será um ganho real para a sociedade.

Por isso, quero deixar registrado o meu agradecimento ao governador Raimundo Colombo, ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira e à ministra Ideli Salvatti!

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Na ausência de representantes do DEM, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Arnaldo Moraes, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO MORAES - Sr. presidente, srs. deputados e público que nos prestigia, nesses breves minutos quero falar sobre três temas.

Primeiramente quero comunicar que na última terça-feira à noite, no *hall* desta Casa, houve o lançamento do livro do escritor lageano Paulo Ramos Derengoski, que trata da sangrenta Guerra do Contestado, uma guerra que travada na região central do nosso estado, que ajudou a delimitar os limites entre os estados de Santa Catarina e do Paraná em tempos idos.

O meu amigo Paulo Ramos Derengoski é um grande escritor e pensador lageano, que escreve para vários jornais, obteve críticas positivas também em vários jornais brasileiros, como: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Correio do Povo*.

Como disse, no livro ele narra a epopeia de um povo, de uma região, que foi muito pouco contada pela história brasileira oficial. Por isso, esse

episódio sangrento merece a nossa atenção. E esse livro vem resgatar essa história, para que a tenhamos registrada em nossa memória.

O segundo assunto, sr. presidente, refere-se à Moção n. 0100/2013, de nossa autoria, a que demos entrada nesta Casa e que consta da pauta da Ordem do Dia de hoje, que trata da Usina Hidroelétrica Pai Querê. Trata-se de uma usina que está em estudos desde 2001 e será construída na divisa dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, atingindo os municípios de Lages e São Joaquim, no nosso lado, e de Bom Jesus, no lado gaúcho.

Essa usina será construída no rio Pelotas, num cânion, e atingirá poucas propriedades e poucas pessoas. Teremos uma barragem com 160m de altura, mas que não atingirá o topo do morro. A barragem terá uma extensão de 520m e o lago a ser formado terá 61,3km<sup>2</sup>. No município de Lages serão atingidas 27 propriedades, mas apenas uma casa terá que ser deslocada. Em São Joaquim atingirá 185 propriedades e em Bom Jesus, 53 propriedades.

O Ibama deu parecer contrário por não se sentir seguro em relação às compensações e ao dano ambiental relativo à fauna e à flora. Nós consideramos que haverá um pequeno dano, pois a região é pouco habitada e tem condições de gerar 292 megawatts de energia limpa, sustentável, que é a energia hidráulica.

O Brasil não pode ficar gastando em geração de energia de outras fontes, como a térmica e a nuclear, que têm um custo bem maior, quando o seu potencial hídrico é majestoso! Temos a energia aeólica que é a mais limpa e que está também se desenvolvendo. Mas o país não pode prescindir dessa usina. Há dano socioambiental? Há! Mas é um dano pequeno, se considerarmos outras usinas já construídas, a exemplo da usina Garibaldi, também em Santa Catarina, que abrange os municípios de Abdon Batista, Vargem Bonita, São José do Cerrito e Cerro Negro, onde mais de 500 famílias tiveram que ser desalojadas.

Então, solicito aos meus pares que aprovelem essa moção, que é dirigida ao ministério das Minas e Energia, ao Ibama e à nossa bancada federal, em

Brasília, para que resolvam favoravelmente esse assunto.

Hoje, sr. presidente, é a nossa última sessão nesta Assembleia Legislativa. Ficamos aqui um curto período de 60 dias, nos quais tivemos o privilégio de acompanhar os trabalhos desta Casa, dos companheiros e companheiras, o que muito nos enobreceu e trouxe-nos um grande conhecimento para a nossa vida.

Quero agradecer a todos pelo companheirismo. Agradeço especialmente ao deputado José Milton Scheffer, que se licenciou por 60 dias a fim de que eu pudesse assumir uma cadeira neste Parlamento. Agradeço à bancada do Partido Progressista, que faz um revezamento que permite que os suplentes também possam assumir. Já tivemos aqui o deputado Dieter Jansen e o deputado Plínio de Castro, que hoje são prefeitos de Jaraguá do Sul e São José do Cedro, respectivamente, e temos o deputado Altair Silva, de Chapecó.

Por fim, quero também agradecer aos servidores desta Casa, que muito bem me atenderam nesse período, em especial os servidores do gabinete do deputado José Milton Scheffer, que me acolheu. Foi uma grande satisfação estar aqui!

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado padre Pedro Baldissera) - Ainda no horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, população que nos acompanha, quero fazer uma referência especial, de júbilo, pela aprovação, na sessão de ontem, do projeto de lei que deu poder de polícia aos bombeiros.

Ontem foi um dia de muitas reuniões em busca de consenso. O deputado Sargento Amauri Soares se empenhou na manutenção do projeto nos termos originais e o coronel Oliveira, comandante do Corpo de Bombeiros Militar, travou uma luta em

defesa da sua instituição. Gostaria de ressaltar, entretanto, que o coronel Oliveira sempre manteve o tom ameno do diálogo democrático com as corporações de bombeiros voluntários.

Quero lembrar que todos os jornais de hoje falam da aprovação dessa matéria, da sua importância, pois os bombeiros militares buscavam isso há 15 anos. Agora, num projeto trabalhado a quatro mãos, bombeiros e governo do estado, tivemos a aprovação por esta Casa. E o que os jornais mais enfatizam é que a sociedade está mais protegida!

Os bombeiros, além de receberem mais força, também receberam o reconhecimento da sociedade. Nós sabemos da preocupação com os eventos, com as obras, com a vida das pessoas. Todos nós queremos que quando um filho, uma filha, um parente, um amigo ou qualquer pessoa vá a um evento, ela tenha segurança para que possa participar e voltar com tranquilidade para casa.

É claro que toda prevenção do mundo não vai adiantar se não houver a participação do ser humano. Se ele não agir com cuidado, com precaução, respeitar os itens de segurança, não há segurança que supra o seu descuido, o seu descaso.

Ontem aqui se falou muito nos bombeiros voluntários de Joinville, mas gostaria de registrar que também estavam aqui os bombeiros voluntários de Jaraguá do Sul. Joinville quase que chamou toda a atenção, até pelo empenho do prefeito Udo Döhler e das lideranças, mas Jaraguá do Sul, que tem o deputado Carlos Chiodini, também esteve presente.

Entendemos que dentro da democracia, buscando o melhor entendimento, ontem conseguimos a melhor solução. Porque o importante é proteger a sociedade, permitir o desenvolvimento com segurança, mas sem criar embaraços. Também não adianta dificultar o trabalho das entidades, dos empresários, inviabilizar sua ação, seu trabalho, seu dia a dia. Nós queremos uma lei que proteja, mas que seja justa com todos, sem que a sociedade seja prejudicada.

Tivemos o empenho da Fiesc nesse trabalho todo, e gostaríamos de ressaltar o empenho do nosso amigo Glauco José Côrte, presidente, e de sua assessoria, que participaram do debate com vistas a dar mais segurança à população, porém sem inviabilizar o desenvolvimento.

Quero aproveitar o pronunciamento do deputado Manoel Mota sobre as questões do sul para falar dos amigos vereadores do município de Araranguá, Luiz Brás Paulino, o Lulu, e Alexandre Pereira, que são valorosos defensores das obras importantes para o sul do estado.

O estado de Santa Catarina está num momento muito bom em termos de desenvolvimento, pois os recursos captados pelo governador Raimundo Colombo começam a ser aplicados, com o fortalecimento das SDRs. E falando nisso, no último final de semana estive em Serra Alta com o vereador Adriano Rigo, onde almocei com o prefeito num evento realizado pela comunidade católica. No caminho encontramos o acesso de Serra Alta, Modelo e Bom Jesus do Oeste cheio de buracos. A estrada está bastante prejudicada, com muitas árvores que confundem a visão do motorista. Confesso que vi pessoas trocando o pneu do carro ao longo da estrada. Liguei na segunda-feira para o secretário do Desenvolvimento Regional de Maravilha, responsável pela região, que me informou que o governo transferiu a responsabilidade da manutenção para a SDR, o que acho acertado, que ele já havia realizado a licitação para a contratação de uma empresa para realizar a manutenção, cujo contrato seria assinado na terça-feira.

Pois bem. Ontem tive a alegria de receber uma ligação do prefeito Francisco Both, de Serra Alta, e do vereador Adriano Rigo, que disseram que a empresa vencedora da licitação já assinara o contrato e estava fazendo a recuperação da rodovia.

Quero aqui reconhecer o empenho do secretário do Desenvolvimento Regional, que tão logo recebeu a incumbência da manutenção da estrada mostrou serviço. Essa é a resposta da administração mais próxima do cidadão.

Para finalizar, nesses minutos que me restam quero parabenizar o deputado Sargento Amauri Soares pela defesa da promoção dos policiais militares, pois ontem conversei com um soldado que me disse que tinha 28 anos de corporação e não havia recebido promoção alguma.

Eu entendo, deputado Sargento Amauri Soares, que as promoções deveriam ser automáticas e que fosse permitido iniciar como soldado e terminar como sargento, subtenente. E que a cada dois ou três anos, ele saiba que terá uma promoção. Pode e devem existir critérios de acesso para aqueles que não tenham sido condenados em processo disciplinar. É preciso que o policial saiba que agindo com disposição, trabalhando em prol da sociedade, daqui a cinco anos, por exemplo, estará em determinado posto.

Antigamente se podia ingressar como soldado e terminar como coronel. Com a nova Constituição, esse acesso só se dá por concurso. Se não me engano, o coronel Eliézio começou na base da carreira e conseguiu chegar a coronel.

Em meu entendimento, tem que haver promoção tanto na Polícia Civil quanto na Polícia Militar. A promoção tem que ser automática. Completou um determinado tempo e não houve condenação em processo criminal ou administrativo, o cidadão tem que ter o direito de ser promovido.

Eu entendo que o subsídio é bom. Os delegados optaram por aceitar a proposta do governo, proposta que esperavam há anos. Se a proposta para a Polícia Civil não é a ideal, é a melhor possível, e é muito boa.

Recebi muitos telefonemas de policiais querendo que o governo não encaminhasse o projeto para a Assembleia Legislativa. Mas a verdade é que o projeto para a Polícia Civil é bom, os delegados já concordaram. É um projeto pelo qual lutaram durante toda a vida e é bom para todos os policiais civis.

Aproveito para registrar a presença da prefeita de Calmon, Ivone Mazutti De Geroni, que aqui está juntamente com seu marido, o ex-prefeito

João De Geroni, que vem fazendo um belo trabalho a fim de melhorar o IDH do município. Temos certeza de que já conseguiu seu intento, porque muito tem lutado pelo seu povo.

Parabéns à prefeita Ivone e ao seu esposo João.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Agradeço aos meus pares do PSDB que me dão a oportunidade de falar em nome do partido na manhã de hoje.

Inicialmente, cumprimento todos os professores, pais, associações de pais e professores de Brusque, em nome da diretora Elizabete, que hoje estão visitando a Assembleia Legislativa, conhecendo sua estrutura e seu funcionamento. É uma aula prática daquilo que é ensinado no 5º ano do ensino fundamental. Trata-se de um momento em que essas crianças de dez a 12 anos vêm aprender, ver e sentir como é a realidade daquilo que veem na televisão, que ouvem e estudam.

Em segundo lugar, quero agradecer ao governador Raimundo Colombo e saudar o prefeito de Guabiruba, Matias Kohler, o vice-prefeito Valmir Zirke e a Câmara de Vereadores. Na terça-feira, dia 15, o governador vistoriará uma obra muito importante para Guabiruba e Brusque, que é a ampliação de uma rodovia que existe há 150 anos e que era o caminho mais curto entre as duas cidades, por onde passavam somente cavalos e mais tarde, carroças.

O governo do estado, numa parceria com uma empresa de Guabiruba, está fazendo essa obra que é

extremamente importante para aquela comunidade que se desenvolveu muito nos últimos anos. Por isso, essa rodovia é absolutamente necessária como via de escoamento. Aliás, era preciso mais, mas pelo menos esse é um grande passo.

Também quero cumprimentar o novo presidente da ACIBr, sr. Edegar Fischer, e toda a sua diretoria, pois essa entidade muito tem colaborado para o desenvolvimento de Brusque.

A Associação Comercial e Industrial de Brusque completou esta semana 79 anos e tenho certeza de que dentro dos 160 anos de Brusque uma grande parcela do seu desenvolvimento foi justamente pelo comprometimento das pessoas que lá vivem. E relembro aqui a parábola dos talentos, quem tem mais compromisso para cumprir, tem mais compromisso com as pessoas.

O empresário, pelo fato de ter feito um empreendimento, por ter colocado o seu capital em prol de um projeto, é muito comprometido com a cidade e com as pessoas. Essa é uma das razões que explicam o desenvolvimento de Brusque.

O município de Brusque é o que é graças ao trabalho de todos, mas temos que fazer uma referência muito especial aos nossos empreendedores, aos nossos empresários, que são permanentemente motivados, reciclados, estimulados pela Associação Comercial e Industrial daquele município. O sr. Edegar Fischer, novo presidente daquela associação, não tem negado essa história e tem acompanhado a necessidade social atual, justamente para se adequar e continuar promovendo o desenvolvimento que Brusque precisa.

Quero ainda fazer referência que isso também acontece graças ao apoio de muita gente. E quero fazer uma referência muito especial ao nosso colega, deputado Ciro Roza, pois por indicação sua, por uma insistência sua e, naturalmente, por um pedido meu também, mas por uma benevolência muito especial dele, estamos conseguindo levar o asfalto do centro de Botuverá para um bairro chamado Ribeirão do Ouro, Ourinho, onde existe a maior caverna do sul do Brasil de estalactites e estalagmites.

Em 1996, 1997, eu era deputado federal, e conseguimos colocar uma emenda para fazer a urbanização daquela caverna, permitindo que as pessoas a visitassem. Foi feito o externo da caverna, foram feitos parques, restaurantes, moinhos para lembrar um pouco da história e da cultura de Botuverá, e graças ao prefeito de então, Nilo Barni, que agora é vice-prefeito, conseguimos fazer a urbanização do interior, a iluminação dentro das técnicas que o Ibama permite.

Infelizmente, há ainda mais de 12km ou 13km de estrada de chão batido, que fica muito ruim quando chove e péssima quando faz sol por causa da poeira. Agora o governo do estado está liberando um volume razoável de recursos para iniciar a obra e, se Deus quiser, concluí-la.

Faço uma referência muito especial ao deputado Ciro Roza que usou sua influência para iniciar os primeiros quilômetros daquela rodovia, com o governo colocando um pouco mais de recursos a pedido de todos nós, a meu pedido também, evidentemente. Por isso, é um orgulho para nós agradecermos ao governo e ao companheiro Ciro Roza pela execução dessa obra.

Sr. presidente, quero reforçar o agradecimento ao governador Raimundo Colombo, ao prefeito, aos vereadores, à estrutura política de Botuverá que, juntamente com o ex-prefeito de Brusque, agora deputado estadual Ciro Roza, viabilizaram esse importante pleito, ou seja, a pavimentação da rodovia que vai do centro de Botuverá até a caverna de Ourinho.

Muito obrigado, sr, presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, em nome do Partido dos Trabalhadores e da nossa bancada quero prestar uma

homenagem à Malala Yousafzai, que é aquela jovem que por defender que as meninas também têm direito à educação levou um tiro na cabeça no Paquistão. Ela está sendo indicada para o Prêmio Nobel da Paz e vamos torcer por ela, porque aos 16 anos ter essa possibilidade é um exemplo para as demais jovens do mundo.

Mas quero posicionar-me, em nome da bancada, a favor do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região, tendo em vista a posição do Banco do Brasil com a possibilidade de fechamento de uma série de agências no estado de Santa Catarina.

Todos sabem que o Banco do Brasil incorporou o Besc e que com isso ampliou a sua capilaridade no estado de Santa Catarina. Mas o Banco do Brasil nunca teve a lógica social da Caixa Econômica Federal, deputado Dirceu Dresch, que desenvolve políticas públicas inclusivas através do Minha Casa, Minha Vida e das obras do PAC de saneamento.

E o Banco do Brasil tem sido um dos bancos que mais têm crescido economicamente no país, tendo níveis de rentabilidade que nunca teve no passado.

Surpreende-nos, contudo, que o Banco do Brasil esteja prestes a fechar um conjunto de agências em pequenos municípios catarinenses, por não as considerar rentáveis.

Então, queremos solidarizar-nos com o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região, que emitiu a seguinte nota:

(Passa a ler.)

"Como é de seu conhecimento, em decorrência do processo de incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) pelo Banco do Brasil (BB) em outubro de 2008, foi firmado o Contrato de Prestação de Serviços n. 015/2007 entre o banco e o Governo do Estado de Santa Catarina. A Cláusula Décima Sexta obriga o BB a manter o banco em funcionamento em todas as localidades em que o Besc estivesse presente, nos 293 municípios de Santa Catarina, e o governo a manter a conta única e a folha de pagamento dos servidores no Banco do Brasil.

Encerrado o prazo de cinco anos de vigência do referido contrato, prorrogado de 05 de outubro de 2012 para 05 de outubro de 2013, o Banco do Brasil S.A. terá a prerrogativa de desativar, ou não, agências e postos de serviço.

Diante dessa hipótese, solicitamos que o deputado interceda junto ao Governo do Estado e ao Banco do Brasil S.A., com o intuito de evitar o fechamento de quase uma centena de unidades bancárias, uma vez que isso pode criar dificuldades para milhares de aposentados, pensionistas, agricultores e pequenos empresários, que ficariam sem seu agente financeiro local. O fechamento acarretará também a perda de empregos diretos e indiretos e de recursos para a economia de nosso Estado.”[sic]

Também vou ler a nota que a bancada do Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina emitiu. Diz o seguinte:

(Passa a ler.)

“1. A Bancada do Partido dos Trabalhadores da Assembleia Legislativa de Santa Catarina defende a manutenção de agências remanescentes do Besc que hoje pertencem ao Banco do Brasil. As unidades são consideradas fundamentais nos 295 municípios catarinenses, notadamente os de menor porte, onde não raras vezes esta agência é a única que presta serviços bancários à população.

2. Para isso, alertamos para a necessidade de renovação do contrato entre o Governo do Estado e o BB, garantindo o funcionamento das unidades. Em 2007, quando o Besc foi incorporado, houve o compromisso de manter essas agências abertas ao público.

3. Preocupada com a não renovação do contrato vencido neste mês de outubro, que, na prática, levaria ao fechamento de agências e na demissão de funcionários em todo o estado, a bancada do PT/SC solicita sensibilidade na análise da questão, uma vez que milhares de aposentados, pensionistas, servidores públicos, correntistas e usuários podem ser prejudicados, bem como empresários e agricultores dos pequenos municípios.”[sic]

Essa é a nota que a bancada do PT no estado redigiu, tornou pública e encaminhará aos dirigentes do Banco do Brasil e ao governo do estado.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero parabenizá-lo, deputado Jailson Lima, em nome do partido, porque essa é uma grande luta nossa. Quero cumprimentar também os sindicalistas do antigo Besc e do Banco do Brasil em Santa Catarina, que estão num processo de mobilização muito grande.

Deputado, estou chegando de uma reunião que tivemos na superintendência do Banco do Brasil, agendada pela nossa líder, deputada Ana Paula Lima, e acho que obtivemos uma boa resposta do superintendente sobre isso, pois ele nos garantiu que o Banco do Brasil não tem intenção alguma de fechar qualquer agência em Santa Catarina. Pelo contrário, o banco quer estar mais presente ainda e nos municípios maiores quer abrir agências em mais bairros.

Colocou-se totalmente à disposição desta Casa para discutir, inclusive, a expansão e o futuro do BB em Santa Catarina. Ele afirmou ainda que há muitos municípios que não passaram o pagamento de seus servidores para o BB e que há toda essa discussão pela frente.

Então, cumprimos os sindicalistas que foram os grandes responsáveis para que o antigo Besc fosse incorporado pelo Banco do Brasil, através de uma luta histórica. Vamos estar sempre juntos nessa luta e, inclusive, recebemos muitas ligações de prefeitos do interior preocupados com a possibilidade de fechamento da agência do BB em sua cidade.

Estamos juntos e solidários nessa luta. Vamos, com certeza, sair vitoriosos e o Banco do Brasil estará presente em todos os municípios de Santa Catarina, beneficiando a nossa população.

Muito obrigado e parabéns, deputado!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Jailson Lima, não poderia deixar de me manifestar também, até porque temos feito algumas ações nesse sentido. Achamos que seria um verdadeiro retrocesso o fechamento de agências em Santa Catarina, especialmente em municípios onde, às vezes, é a única.

O compromisso assumido lá atrás, através desse contrato que está vencendo, precisa efetivamente ser renovado. A nossa expectativa é de que realmente não sejam fechadas agências em Santa Catarina porque isso seria, repito, um tremendo retrocesso, principalmente agora que todas as pessoas estão, de uma forma ou de outra, ligadas a uma instituição financeira.

Parabenizo v.exa. por abordar esse tema e estamos juntos na luta pela manutenção de todas as agências do Banco do Brasil em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado Neodi Saretta, não poderia ser diferente a sua postura, tendo em vista que sempre foi um grande defensor das instituições públicas do governo federal em Santa Catarina.

Quero aproveitar para registrar a presença do ex-deputado Décio Góes, hoje prefeito de Balneário Rincão.

No mais, quero cumprimentar o prefeito de Porto Belo, que realiza a 1ª Festa do Camarão. A abertura será amanhã à noite e no domingo haverá a maior caldeirada da região. Serão servidas 14 toneladas de caldeirada a toda a população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima, esta Presidência também registra e agradece a presença do nosso ex-colega, querido amigo e prefeito de Balneário Rincão, Décio Góes.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer

contrário aos Projetos de Lei n.s: 0157/2012 e 0327/2011, de autoria do deputado Manoel Mota; e n. 0301/2010, de autoria do deputado Serafim Venzon, e que os mesmos terão seu encaminhamento conforme o art. 143 e seus §§ do Regimento Interno.

A comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0349/2013, 0481/2013 e 0612/2013, todos de entidade social.

Esta Presidência comunica ainda que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0664/2013 e 0665/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0666/2013, de autoria do deputado Jailson Lima; e 0667/2013, 0669/2013, 0670/2013, 0671/2013, 0672/2013 e 0673/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência defere os Requerimentos n.s: 1.091/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 1.093/2013, de autoria do deputado Jailson Lima; 1.094/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 1.096/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 1.097/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 1.098/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 1.099/2013, 1.100/2013 e 1.101/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; e 1.102/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt.

Requerimento n. 1.092/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem ao presidente do Tribunal de Contas do Estado, solicitando informações sobre a existência, no âmbito da administração pública direta e indireta, de agentes públicos de quaisquer investidas que recebam mensalmente remuneração superior ao teto constitucional de R\$ 26.723,13.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.095/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem ao gerente de Relações Institucionais da OI, pedindo a instalação da rede e de linhas de telefonia na região do loteamento Sintrial no município de Concórdia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado

Moção n. 0100/2013, do deputado Arnaldo Moraes, a ser enviada ao ministro das Minas e Energia, ao deputado federal Marco Antônio Tebaldi e ao presidente do Ibama, manifestando preocupação e pedindo estudos e medidas para revisão do parecer que indeferiu o pedido de obtenção da Licença Prévia Ambiental para a instalação da Usina Hidrelétrica Pai Querê.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos em Explicação Pessoal, esta Presidência coloca livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, a Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 20h, em Treze Tílias, em comemoração aos 80 anos do início da imigração para o município.

Está encerrada a sessão.